



Memória e Patrimônio: Reflexões em Torno dos Comércios Tradicionais Curitibanos

Rita Pires



Está em andamento um fenômeno de rejeição da história pelo pragmatismo que caracteriza o mundo moderno.

Giulio Carlo Argan

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história.

Walter Benjamin

As coisas têm peso, massa, volume, tamanho, tempo, forma, cor, posição, textura, densidade, cheiro, valor, profundidade, consistência, contorno, temperatura, função, aparência, preço, destino, idade, sentido. As coisas não têm paz.

Arnaldo Antunes

Introdução: miniaturizando um patrimônio cultural

Esta galeria virtual é um desdobramento do meu trabalho plástico Espaços curitibanos – Homenagem a antigos comércios, no qual doze casas de comércio¹, com mais de cinquenta anos, foram reproduzidas, em escala reduzida, dando origem a minicenários. Entre miniaturistas, nacionais e estrangeiros, tais ambientes, inseridos em caixas, são denominados roomboxes. A exposição foi desenvolvida no âmbito de projeto, aprovado em 2004, pela Lei Curitibana de Incentivo à Cultura. O projeto plástico, concluído em 2006, culminou em uma exposição no Museu Paranaense. Na ocasião, a artista plástica Marília Diaz escreveu, na abertura do catálogo da exibição:

O complexo demográfico chamado cidade não é igual para todos os seus habitantes. Rotas, rumos, trajetos, cheiros, sabores, cores, temperaturas; tudo isso aliado à percepção e à sensibilidade constitui impressões e significados distintos. Rita Pires, artista da delicadeza, caminhante atenta, recorta na malha densa da urbe curitibana sedimentos da história e do tempo. Captura, encapsula atmosferas, modos de ver e entender o comércio e a própria vida. Interpreta no seu fazer cenas que insistem, persistem em se manter inalteráveis ou quase assim. A cidade pulsa, modifica seu desenho constantemente, passa por sobre o tempo... Rita procura o silêncio dos olhos que navegam pelas suas Box-form, como que a buscar os sedimentos do seu lugar, a humanização dos espaços em tempos de não lugares (DIAZ, 2006, s/p).

Sobrevivendo há mais de meio século, esses comércios procuram preservar sua história com atenção a alguns dos seguintes aspectos: arquitetura; mobiliário; equipamentos; produtos comercializados; métodos de gestão; formas de atendimento.

No percurso do projeto plástico, realizado entre 2005 e 2006, busquei compreender diversos fenômenos relacionados a esses espaços. Encontrei casas de comércio antigas que permanecem intactas e preservam sua história mesmo quando acompanham as atuais exigências mercadológicas. Deparei com outras que abandonaram sua proposta original e se adequaram às exigências do mercado em quase todos os aspectos. Notei, por fim, o aparecimento, cada vez mais frequente, de estabelecimentos comerciais novos que se “vestem” de antigos e buscam encenar a atmosfera tradicional e acolhedora da primeira metade do século XX para causar encantamento.

Como o foco do meu trabalho recai sobre a temática da memória e do patrimônio, optei por dar maior atenção ao primeiro e ao último dos fenômenos descritos acima, quais sejam:

• estabelecimentos antigos que preservam sua história e se tornam, de certa maneira, pequenos museus;

• estabelecimentos novos que optam por cenografar seu ambiente como se fossem de outros tempos.²

Para nortear meu pensamento sobre o processo de musealização de comércios antigos, adotei como base os conceitos de patrimônio³, patrimônio cultural⁴ e ressonância – os dois últimos, na forma proposta pelo antropólogo José Reginaldo Gonçalves. Em artigo publicado em 2005, Gonçalves alerta para patrimônios que, em alguma medida, são impostos a uma comunidade por um órgão do Estado, sem que encontrem respaldo ou reconhecimento junto à população. A

experiência da ressonância, em contraste, seria o eco positivo imediato que a população emite quando um bem material querido é reconhecido como patrimônio:

O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas (aspecto já excessivamente sublinhado) e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público (GONÇALVES, 2005, p. 19);.

Os estabelecimentos antigos por mim pesquisados e miniaturizados parecem ter encontrado ressonância junto às comunidades que os cercam e se tornaram testemunhos vivos ou recriações do passado. Tanto o grupo de comércios autenticamente antigos como aqueles cenografados para lembrarem tempos longínquos têm um ponto em comum: exercem a função de mediadores entre passado e presente, mortos e vivos, suscitando tensões e conciliações entre o que herdamos “tal e qual” das gerações anteriores e o que atualizamos (ou modificamos), partindo do passado, mas tendo em vista desejos e necessidades atuais.

1. O comércio em Curitiba: do não lugar à nostalgia

Atividades comerciais tiveram início em Curitiba quando os primeiros colonizadores ali se estabeleceram, desistindo da mineração improdutiva e optando por atividades comerciais ou manufatureiras. No final do século XVII, já havia caminhos que ligavam a vila a centros maiores, em função, sobretudo, do tropeirismo⁵. O transporte de gado e de outras mercadorias entre o Rio Grande do Sul e São Paulo acabou por fazer de Curitiba um importante núcleo mercantil. Os primeiros estabelecimentos comerciais agruparam-se no que hoje é um centro histórico, nas redondezas do Largo da Ordem. Naquele período, a comercialização de erva-mate era a principal atividade econômica na região. No século seguinte, uma nova riqueza brotaria – o café – e com ele novas lojas movimentariam a cidade (NASCIMENTO JR., 1993).

O primeiro boletim histórico da cidade, de 1917-18, traz um artigo de Ermelino de Leão baseado nos relatos de Saint-Hilaire⁶, de 1820:

Não vão pensar os leitores que fosse [Curitiba], em 1820, como a venda do Nhô Néco, que só tem tareco. Não, senhores! Curitiba já era um núcleo comercial importante da província de São Paulo e tinha nada menos que 31 negociantes. Curitiba exportava couro, milho, feijão, trigo, fumo, carne-seca e erva-mate (LEÃO apud MACEDO, 1975, p. 3).

Em 1850 já existia a rua das Flores (rua Quinze de Novembro – principal rua de comércio até meados do século XX), chamada assim pelo capricho de seus moradores em adornar a frente das casas ou lojas com flores. A rua era sem passeio e de terra batida. Hoje, no trecho em que é fechada para carros, é novamente chamada de rua das Flores. Paralela a ela, estava a rua do Comércio (hoje rua Marechal Deodoro, repleta de estabelecimentos de diversos tipos).

É de 1872 um trecho da narrativa que transcrevo abaixo, escrita pelo engenheiro inglês Thomas Bigg-Withers sobre o comércio local, publicada em Londres, em 1878, e traduzida apenas nos anos 1970:

[...] ao entrar no pequeno chalé de madeira a que aportávamos, descobri tratar-se de pequena casa comercial, com prateleiras nas paredes, em torno de toda a sala, sobre as quais estava arrumada a mais curiosa variedade de artigos: tamancos, esporas com rosetas de quatro polegadas de diâmetro, facas de dimensões desconhecidas das dos países civilizados, um sortimento de vidros de drogas, empoeiradas, que pareciam conter pós vermelho, amarelo e branco. Louças rachadas e sujas de poeira, um punhado de anzóis enferrujados e uma pequena pilha de latas de sardinha. Todas as lojas maiores pareciam ser de propriedade de brasileiros ou portugueses, enquanto a grande maioria das lojas menores estava nas mãos de alemães (MACEDO, 1975, p. 5).

Withers estava falando dos armazéns, como os conhecemos ainda hoje, repletos de bugigangas dispostas aleatoriamente. Esses armazéns estavam por toda parte e a imigração trouxe novos sabores e cores para os balcões: “Os armazéns passaram a negociar gêneros orvalhados, trocando-os por sal, açúcar e outras mercadorias. Curitiba ganhou poesia nos seus negócios, e os sonoros pregões europeus passaram a povoar nossas vendas. Começava o processo recíproco de aculturação, do qual nasceria o novo Paraná” (MACEDO, 1975, p. 3).

As casas comerciais funcionavam, naquele período, também como bancos, quando estabelecimentos dessa natureza ainda não existiam em Curitiba. “Era comum o colono trazer suas mercadorias para vendê-las na cidade e, quando voltava para casa, fazia suas compras e deixava grandes somas depositadas nas mãos do comerciante de sua confiança” (ESTADO DO PARANÁ, 1979, p. 15). O dinheiro depositado era anotado numa caderneta individual com duas cópias – uma para o comerciante e outra para o depositante. Para este, era uma garantia ter o dinheiro guardado e para aquele o dinheiro servia como capital de giro. A função bancária do pequeno comércio acabou e foi substituída pelo crédito concedido ao “freguês de caderno”. O pagamento por caderneta foi proibido por volta de 1962, mas o “fiado” e o “pendurado” permaneceram. Além do crédito, ocorria a troca de cheques no balcão, assumindo o empresário o papel de inofensivo agiota (FOLHA DO COMÉRCIO, 1990, p. 14).

Em 1925, a cidade era pequena porém muito ativa comercialmente; havia muitas chapelarias pois o frio era intenso. Na época, o comércio abria às sete horas da manhã, não fechava para o almoço e encerrava as atividades por volta das 22 horas, visto que, à noite, as famílias saíam para ir ao cinema ou teatro ou para ver as vitrines. As ruas perpendiculares também começaram a abrigar comércios variados – joalherias, ferragens, armarinhos, loja de partituras, roupas femininas e masculinas, tecidos, hotéis, farmácias, porcelanas, perfumarias, entre outras.

Durante a minha pesquisa sobre a história de Curitiba, deparei com muitas reportagens lamuriosas, de meados dos anos 1970 para cá, anunciando o fechamento de estabelecimentos tradicionais e antigos que marcaram gerações de cidadãos. Em uma das muitas manchetes que encontrei, lia-se:

UM CORTE NA MEMÓRIA DA CIDADE. Mais um referencial da tradição cultural de Curitiba fecha suas portas. Ano passado se foram: Casa da Manteiga, Casa Roskamp. Amanhã ao meio dia o Salão Alvorada, que há 32 anos funciona nos fundos do Café Alvorada, cortando, barbeando, se esmerando no trato de muitos maridos curitibanos, se despede de sua fiel clientela (ALBINO, 1986, s/p).

O primeiro shopping center curitibano surgiu em 1983 e de lá para cá a cidade não parou mais de celebrar empreendimentos do ramo. O comércio de rua não morreu, mas muitos daqueles que fizeram história deram lugar a galerias de pequeninas lojas – os chamados shopping populares – ou às inevitáveis lojinhas de “R\$1,99”.

A história de Curitiba, como a de muitas outras cidades, mostra que os grandes centros urbanos, caracterizados pelo contínuo surgimento de novas necessidades, muitas vezes acabam por atropelar os pequenos redutos, fazendo com que o espaço urbano perca densidade histórica. Os comércios que servem de ponto de partida para esta reflexão se oferecem ao público, em contrapartida, como pequenos museus, promovidos pela iniciativa particular, em meio ao frenesi do mundo moderno.

Segundo o antropólogo Marc Augé (1999), a globalização produz, cada vez mais, locais sem personalidade própria, desprovidos de história, padronizados, a que ele chama de não lugares. Exemplos de tais espaços seriam aeroportos, shopping centers e lojas de departamentos, em que o indivíduo não se reconhece e com os quais não estabelece laços afetivos⁷.

Os não lugares estão repletos de instruções para uso: o sujeito interage não com outro ser humano, e sim com placas e painéis informativos. Em contraposição aos não lugares, começam a surgir em vários cidades do Brasil e do mundo pequenos museus dedicados às histórias locais e cotidianas, valorizando identidades culturais particulares e recriando raízes. Falo em “recriar” raízes porque manter vivos a tradição e o passado não significa manter uma identidade estanque, nem valores cristalizados, mas dialogar com esses elementos e atualizá-los.

Segundo o filósofo Walter Benjamin, o contexto da metrópole faz surgir dois personagens – o flâneur e o homem da multidão – que personificam dois modos distintos de reagir ao universo moderno. Enquanto o homem da multidão deixa-se engolir pelo ritmo vertiginoso da cidade grande, o flâneur, ao recusar-se a ser absorvido, experimenta de modo subjetivo cada detalhe das ruas e da cidade. O termo flâneur vem de flânerie, que em francês quer dizer “passeio casual, sem destino definido” (Benjamin, 1989). Nesse mesmo diapasão, Nelson Peixoto afirma que o homem contemporâneo, nas grandes cidades, tornou-se um passageiro metropolitano: está em permanente movimento, cada vez mais longe e cada vez mais rápido. Essa velocidade, crescente, determinaria não só o olhar mas sobretudo o modo pelo qual a própria cidade, e todas as outras coisas, se apresentam a nós (PEIXOTO, 1988, p.361). Pessoas e prédios, segundo o autor, passam por um processo de superficialização, pelo qual o mundo se torna um cenário e as pessoas, personagens. Para Peixoto, habitamos uma cidade-cinema onde tudo é imagem.

As cidades tradicionais, contrariamente, eram feitas para serem vistas de perto, com detalhes na arquitetura que somente um caminhante atento poderia reparar. A proliferação de imagens acaba por dificultar a distinção entre realidade e artifício, experiência e ficção, histórias e estórias – a partir daí, o sentido das imagens que constituem a identidade e o lugar se perde, abrindo espaço para as produções da indústria cultural.

2. A memória como elemento do porvir

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, “descola” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 2003, p. 36)

Bergson classifica a memória em dois grandes grupos: de um lado está a memória-hábito, memória dos mecanismos motores, que é automática, e do outro a memória-lembrança ou memória-imagem, ligada à razão e ao espírito. A primeira adquire-se pela repetição de gestos ou palavras; seria como um adestramento cultural, necessário à socialização. Situada em outro extremo está a memória-lembrança, que traz à tona um momento único – o que a caracteriza como evocativa e não mecânica como a primeira. A lembrança tem data certa, refere-se a uma situação individualizada, enquanto a memória-hábito já está incorporada ao dia a dia (BOSI, 1994).

As duas memórias, de certa maneira, são conflitivas na medida em que uma se move para a ação, necessária à sobrevivência do dia a dia, e a outra, a memória-sonho, como qualifica Bosi (2003), é responsável pelo devaneio, pela evocação espontânea de imagens e pela poesia:

Na tábua de valores de Bergson, a memória pura, aquela que opera no sonho e na poesia, está situada no reino privilegiado do espírito livre, ao passo que a memória transformada em hábito, assim como a percepção “pura”, só voltada para a ação iminente, funcionam como limites redutores da vida psicológica. A vida activa aproveita-se da vida contemplativa, e esse aproveitar-se é, muitas vezes, um ato de espoliação. (BOSI, 2003, p. 39).

Assim como Bergson, José António Marina (1995) argumenta que a memória não é um “armazém do passado mas um limiar do porvir. Não se ocupa de restos, mas de sementes” (MARINA, 1995, p. 138). A explicação, também com suas palavras, é de que “criamos grandes novidades com materiais velhos”. O autor não aceita a ideia de que a memória está armazenada, como que empoeirada, à espera de ser buscada por uma lembrança. Para ele, a memória é dinâmica, possui certo frescor.

Em síntese, a memória, embora relacionada com fatos passados, presentifica-se e torna significativo o presente sempre que evocada. É o que também afirma o pintor gaúcho Iberê Camargo (1913-1994), em um texto que escreveu em seu último ano de vida, iniciado com a poética frase “A memória é a gaveta dos guardados”. Mais adiante ele reflete:

Nós somos como tartarugas, carregamos a casa. Essa casa são as lembranças. Nós não poderíamos testemunhar o hoje se não tivéssemos por dentro o ontem, porque seríamos uns tolos a olhar as coisas como recém-nascidos, como sacos vazios. Nós só podemos ver as coisas com clareza e nitidez porque temos um passado. E o passado se coloca para ajudar a ver e compreender o momento que estamos vivendo (CAMARGO, 1994, s/p).

A psicanálise, poder-se-ia ressaltar, também atualiza o passado. Para o psicanalista francês Jacques Lacan⁸, “o inconsciente não é, está”, em referência à atualidade da instância do psiquismo em contrapartida com a ideia equivocada de algo fechado, guardado, escondido. Também o faz seu colega norte-americano James Hillman, ao falar da importância do passado para o presente. Segundo Hillman (1989), o passado seria o fundo para a figura que é o presente. Sem o fundo, a figura ficaria chapada, sem perspectiva. O passado traz a perspectiva para o presente. “Agora significa aqui, perto, aparência; portanto distância, profundidade e essência são dadas pelo velho... Não vejo a tradição como histórica, vejo a tradição como contemporânea, como que informando o que fazemos, como sentimos” (HILLMAN, 1989, p. 120).

A experiência urbana atual, como mostra Ana Fabri Carlos (2001), reveste-se de sentido diverso, em função de um processo de implosão que “impõe mudanças nos hábitos e comportamentos, dissolve antigos modos de vida, transformando as relações entre as pessoas, bem como reduzindo e redefinindo as formas de apropriação do espaço” (CARLOS, 2001, p. 18). Seu estudo tem por foco a cidade de São Paulo, mas pode ser ampliado para outros grandes centros urbanos. “Os aparelhos de televisão”, exemplifica a autora, “substituíram as ‘cadeiras nas calçadas””, assim como “os videogames substituem ‘o outro’ nas brincadeiras infantis.” Em ambos os casos, “o corpo, tornado inerte, reduz-se aos olhos e mãos” (CARLOS, 2001, p. 19). As relações diretas entre as pessoas foram substituídas por mercadorias novas e apelativas. Da mesma forma, as antigas vendas e mercearias deram lugar a supermercados, em que as cadernetas, que marcavam uma relação próxima e de confiança entre vendedor e comprador, desapareceram, substituídas pelo tíquete da máquina registradora e pela velocidade das transações eletrônicas.

A autora propõe o termo estranhamento para o sentimento do indivíduo em relação à rarefação dos lugares de encontros ou à proliferação de lugares rigorosamente normatizados. Nos não lugares, para retomar terminologia de Marc Augé, há horários limitados, ambientes padronizados, comportamentos esperados e ainda certa exclusão.

Ana Fabri Carlos utiliza, ademais, uma expressão bastante pertinente: espaço amnésico da cidade, de modo a fazer referência ao caráter efêmero e volátil das atuais configurações urbanas. Velhas edificações são destruídas e em seu lugar modernos edifícios ou novas avenidas são construídos. Essa liquidação dos referenciais individuais e coletivos produz a fragmentação da identidade, a perda da memória social. É impossível não lembrar dos habitantes da pequena Macondo⁹ que, um dia, de tantas e tão rápidas mudanças que ocorreram, levantaram-se cedo para conhecer – talvez re-conhecer – a própria aldeia.

Como seguir em frente, como avançar para o futuro, sem cair na nostalgia que acorrenta e ao mesmo tempo sem atropelar a memória? Talvez uma resposta esteja no enraizamento, discutido por Simone Weil. Trata-se de uma

participação real, ativa e natural do homem em uma coletividade que conserva heranças do passado e aberturas para iniciativas que poderão revesti-las com novas significações. Em outros termos, diríamos que a relação do homem enraizado com o passado não consiste em sua importação passiva, sua idolatria ou sua contemplação (...) onde há enraizamento os princípios da vida moral, intelectual e espiritual recebidos dos antepassados são assimilados, digeridos, recriados no presente e doados ao futuro (WEIL, apud FROCHTENGARTEN, 2004, p. 98).

A cidade de Curitiba mantém vários pequenos redutos de resistência à padronização imposta pelo processo de globalização. Dentre eles estão a “Boca Maldita”, na rua das Flores, ponto de encontro obrigatório nos sábados pela manhã para discutir política e atualidades; o passeio pela Feira de Artesanato aos domingos pela manhã; bares e restaurantes que oferecem cardápios tradicionais; jogos de xadrez e damas no Passeio Público (antigo zoológico e hoje um parque com pequenos animais); degustação de pastel com wimi (refrigerante de laranja de produção local) na feira livre – enfim, pequenos costumes e locais de passeio que distinguem o “curitibano tradicional” daqueles que conhecem a cidade apenas a partir de seu ângulo atual, a cidade dos shopping centers e dos condomínios fechados.

3. A memória dos objetos

Os objetos, em cada casa de comércio à moda antiga, tanto as originais como as cenográficas, parecem ter vida e alguma coisa para contar. Basta olhar para cada um deles – ainda úteis ou apenas ali presentes como testemunhas do tempo – e sentir a presença de uma história. As coisas, disse o personagem Melquíades no romance Cem anos de solidão de Gabriel García Márquez, têm vida própria; a questão é como despertar sua alma.

O filósofo francês Gaston Bachelard¹⁰ dedica o capítulo inteiro de seu livro *A poética do espaço* (1957) aos armários e gavetas. Diz o autor: “Quando damos aos objetos a amizade que convém, não abrimos o armário sem estremecer um pouco” (BACHELARD, 1993, p. 94). Na perspectiva do filósofo, as dimensões reais se transformam quando, ao revelar seu interior, o armário oferece ao espectador a dimensão da intimidade. Dentro do armário, outra realidade surge. No teatro da memória, diz o autor, o cenário mantém os personagens no seu papel dominante. Assim como os comércios aqui estudados, o cenário, composto por móveis e objetos, sustenta a identidade do lugar.

Esse também é o fio condutor do pensamento da psicóloga social Ecléa Bosi: “Mais que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um assentamento à nossa posição no mundo, à nossa identidade. Mais que a da ordem e da beleza, falam à nossa alma em sua doce

língua natal” (BOSI, 2003, p. 26). A autora amplia sua reflexão para o espaço onde os objetos são colocados:

A ordem desse espaço povoado nos une e nos separa da sociedade: é um elo familiar com sociedades do passado, pode nos defender da atual revivendo-nos outra. Quanto mais voltados ao uso cotidiano, mais expressivos são os objetos: os metais se arredondam, se ovalam, os cabos de madeira brilham pelo contato com as mãos, tudo perde as arestas e se abrandam (BOSI, 2003, p. 26).

A esses objetos, continua Ecléa Bosi, Violette Morin¹¹ chama de “objetos biográficos”, pois envelhecem junto com seu dono: “Cada um desses objetos representa uma experiência vivida. Penetrar na casa em que estão é conhecer as aventuras afetivas de seus moradores” (BOSI, 2004, p. 441). A autora dá sequência a essa reflexão ao se referir aos objetos protocolares, aqueles que a moda valoriza, que não se enraízam nos interiores, que não envelhecem com seu dono, que têm data de validade.

Na antropologia, Flávio Leonel Abreu Silveira e Manuel Ferreira Lima, autores do texto *Por uma antropologia do objeto documental: entre a alma das coisas e coisificação do objeto* (2005), discutem a relação entre o conteúdo simbólico dos objetos e seus vínculos com o cotidiano de grupos sociais. Os autores afirmam que um objeto sempre remete a alguém ou algum lugar, o objeto fala sempre de um lugar, porque está ligado à experiência dos sujeitos:

É nesse sentido que é possível falar numa memória que impregna e restitui “a alma nas coisas”, referida a uma paisagem (inter)subjetiva onde o objeto (res) situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória, ou ainda é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar, considerando as tensões próprias do esquecimento (SILVEIRA E LIMA, 2005, p. 3).

O poeta Fernando Pessoa questiona, em uma de suas obras, a banalidade com que tratamos os objetos:

A poesia encontra-se em todas as coisas – na terra e no mar, no lago e na margem do rio. Encontra-se também na cidade – não o neguemos – é evidente para mim, aqui, enquanto estou sentado, há poesia nesta mesa, neste papel, neste tinteiro; há poesia no barulho dos carros nas ruas, em cada movimento diminuto, comum, ridículo, de um operário, que do outro lado da rua, está pintando a tabuleta de um açougue (PESSOA, 1986, p. 36).

O escritor uruguaio Felisberto Hernández, em um de seus contos, quase transforma os objetos em personagens principais, como se pode ler a seguir:

Embora os segredos das pessoas mais velhas pudessem se achar em meio a seus atos ou conversas, eu tinha meu jeito predileto de escarafunchá-los: era quando essas pessoas não se achavam presentes e eu podia encontrar algo que tivessem largado ao passar; podiam ser rastros, objetos esquecidos ou simplesmente objetos que teriam deixado arrumados durante sua ausência – e sobretudo os que tivessem deixado desarrumados por pressa. Mas sempre objetos que tivessem sido usados num tempo anterior ao que eu observava. Eles teriam entrado na vida dessas pessoas, fosse por acaso, por escolha secreta ou por qualquer outra causa desconhecida; o importante era que teriam começado a desempenhar alguma função ou significariam algo para quem os utilizava e que, no instante em que

esses objetos já não acompanhassem essas pessoas, eu aproveitaria para descobrir seus segredos ou os rastros de seus segredos (HERNANDÉZ, 2006, p. 25).

O filósofo francês Régis Debray, por sua vez, em uma bela formulação, situa o objeto como portador fiel da memória: “O que fica quando tudo foi esquecido? O objeto. Confiar um fato que passa a um suporte que dura é o meio menos incerto de fazê-lo atravessar o espaço e o tempo” (DEBRAY, 2003, p. 1).

Voltando aos comércios à moda antiga, poderíamos dizer que, em Curitiba, os comércios originais podem ser comparados à casa da infância, a casa materna ou a casa da avó, onde cada objeto partilhou com os personagens momentos e histórias únicos. Os comércios contemporâneos, padronizados, são, por sua vez, como uma hospedaria da qual nenhuma lembrança se leva. Já os cenográficos ficam no meio do caminho, buscam conciliar a realidade econômica que tende a apagar a memória à nostalgia que pretende preservá-la. Em certa medida, trata-se de um grito de socorro em face do total desapego do passado.

4. Pesquisa de campo

Vale mencionar, rapidamente, a metodologia utilizada na pesquisa que embasou as reflexões aqui apresentadas¹². Foram selecionados onze¹³ espaços-objetos, que chamei de comércios à moda antiga. Lancei sobre eles dois grandes questionamentos:

1. Por que cada vez mais pessoas, especialmente nas cidades grandes, procuram locais que remetem ao início do século XX ou a um período anterior?

2. Estaria essa necessidade de resgate da memória vinculada à vida urbana contemporânea ou seria ela uma característica específica de descendentes de imigrantes, no Sul do Brasil e particularmente em Curitiba, ansiosos por preservar sua identidade?

Por meio da aplicação de questionários, procurei investigar nos empreendimentos tradicionais os motivos que levaram à manutenção desses espaços e também verificar os pontos que se mantêm intactos e aqueles que foram adequados à contemporaneidade. Nos espaços construídos mais recentemente, a pesquisa deteve-se nos motivos que levaram à recriação, por meio da cenografia, da atmosfera de antigamente. Para lançar luz sobre as informações coletadas na pesquisa de campo, revisei uma bibliografia ligada à memória, ao patrimônio e à identidade, nos termos apresentados acima.

Dois questionários foram desenvolvidos:

1. um questionário para os comércios antigos (grupo I);
2. um questionário para os comércios novos com cenários antigos (grupo II).

Dos comércios escolhidos, seis eram antigos (fizeram parte da exposição Espaços curitibanos – Homenagem a antigos comércios) e cinco eram novos com cenografia à moda antiga. Todos

receberam um questionário, acompanhado por uma carta e pelo catálogo da referida exposição, para que pudessem conhecer meu trabalho. O questionário foi recolhido por mim algumas semanas após o envio.

Nos questionários foram enfocadas questões sobre a decoração e sobre os objetos, no passado e no presente (no caso dos antigos), clientela e motivo da opção pelo antigo (no caso dos novos).

Os comércios escolhidos foram:

GRUPO I

Armazém Santa Ana

Casa Schier (sapataria)

Confeitaria das Famílias

Feira dos Livros Usados

Padaria América

Villa Anna Biscoitos¹⁴

GRUPO II

Ao Distinto Cavalheiro (bar)

Cantina Jacobina

Jacobina (bar e restaurante)

Mercearia do Português (bar)

Velho Armazém (armazém e bar) – não respondeu.

A maioria dos comércios antigos pesquisados foi fundada por imigrantes ou descendentes e todos são empresas familiares e administradas por filhos, netos e mesmo bisnetos, com exceção do sebo de livros, que está nas mãos dos irmãos do fundador. Outra característica comum a todos é a época de fundação – anterior a 1950. Já os comércios novos são administrados pelos fundadores e datam do início do século XXI.

Os comércios antigos são fiéis à proposta inicial; as mudanças implementadas decorreram de adequações necessárias às exigências do mercado. Constata-se uma linha que é mantida e atualizada, isto é, há elementos da proposta inicial e elementos incorporados posteriormente. Quanto aos novos, foram criados com uma proposta e assim as mantêm.

Com relação ao endereço, no grupo I todos permanecem no local de sua fundação, exceto a Padaria América, que mudou de endereço mas está no mesmo local há mais de sessenta anos, e a Feira de Livros Usados, no endereço atual há 35 anos. No grupo II não houve alteração. Quanto ao espaço arquitetônico, em ambos os grupos todos sofreram algum tipo de reforma,

contudo mantiveram as características originais, sobretudo na parte externa. Os comércios do grupo II foram estabelecidos em espaços antigos e todos, coincidentemente, haviam sido ponto de comércio no passado.

Na parte interna, os móveis também sofreram mudanças. Com exceção do sebo de livros, no grupo I, as reformas, quando realizadas, preservaram parte dos móveis antigos. É interessante notar que justamente o comércio que trabalha com objetos antigos – os livros – foi o que mais renovou seu interior. A sapataria, que também alterou a parte interna significativamente, mantém parte de sua história no pequeno museu no escritório localizado no sótão, além de uma selaria, que não funciona mais, com todos os móveis e equipamentos. No grupo II os móveis, quando não originalmente antigos, foram feitos sob medida. No entanto, ao entrar nos estabelecimentos novos, a sensação de atmosfera antiga é muito forte.

No grupo I, os equipamentos são mantidos ou na decoração ou mesmo em funcionamento. Na padaria e na fábrica de biscoitos, os velhos equipamentos ainda funcionam normalmente; na sapataria, estão preservados como peças de museu; no armazém, a balança antiga e os balcões frigoríficos continuam em uso. No sebo, somente uma registradora antiga faz parte da decoração.

Objetos de estabelecimentos de ambos os grupos possuem histórias pitorescas. No grupo I, a fábrica de biscoitos mantém o forno do começo do século XX que foi o primeiro forno elétrico da cidade; no armazém, malas que hoje decoram prateleiras foram utilizadas pelos avós do proprietário, imigrantes ucranianos, quando saíram de seu país natal para iniciar uma vida nova no Brasil; na padaria, duas máquinas ainda em funcionamento têm idade superior a cem anos e foram compradas de segunda mão de Itália e Alemanha. O grupo II, cujo comércio mais antigo tem apenas onze anos¹⁵, apresenta histórias mais curiosas – talvez pelo fato de condensarem, em seu espaço, objetos vindos de vários locais, doados por clientes, emprestados, achados em sebos ou em caçambas de lixo. Três desses comércios foram eleitos depositários de memória pelos frequentadores. O gerente do Jacobina Bar afirmou que o estabelecimento chegou ao ponto de rejeitar objetos antigos por não ter mais onde acondicioná-los. Certa vez um cliente baiano, de passagem pela cidade, ficou tão encantado com a atmosfera do bar que prometeu voltar e trazer uma placa de carro de sua cidade na Bahia, que se chama Jacobina. A placa hoje enfeita uma das paredes de madeira do estabelecimento. Outras curiosidades do Jacobina (tanto o bar como a cantina) são placa de metal do elevador de um edifício antigo da cidade, uma máquina de escrever em braille e um carimbo pirográfico da centenária e atuante fábrica de chá curitibana Matte Leão¹⁶.

Embora não conste das respostas dos questionários, ambos os espaços contêm curiosas coleções e objetos que foram transformados em decoração, como cortinas de gravatas antigas, uma série de máquinas de escrever e o cardápio, que é ilustrado com propagandas antigas. Em virtude do volume e da variedade de relíquias acumuladas, profissionais da área de publicidade e cenografia com frequência tomam emprestados objetos do recinto. No bar Ao Distinto Cavaleiro a atmosfera começa na placa do estabelecimento. As mesas são vitrines que abrigam objetos

antigos de cavalheiros; uma delas homenageia o barbeiro vizinho, que está na ativa há mais de trinta anos. Outra curiosidade é o jornal, doado por um cliente, datado de 16 de novembro de 1889, um dia depois da Proclamação da República. O doador não sabia da existência do jornal completo, emoldurado com vidro e feltro; o proprietário do bar o descobriu quando foi trocar a moldura.

A opção dos empresários do grupo II em abrir um comércio com atmosfera antiga foi motivada por razões diferentes: um deles fez essa escolha em virtude do local que encontraram – uma antiga farmácia; outro porque havia morado em Portugal e trouxe de lá a ideia; o proprietário dos dois Jacobinas¹⁷ propôs, desde o começo, um espaço de memória, a que ele se refere como “a casa da avó”.

A hipótese da influência europeia sobre a cidade foi descartada por ambos os grupos. Os comércios antigos, quase todos fundados por imigrantes ou descendentes, não sentem hoje nenhuma característica étnica predominante em sua clientela. A diferença entre os grupos é que no I¹⁸ a clientela é mais tradicional, enquanto no II a procura é mais variada. No Jacobina um dos clientes emprestou um objeto para decoração em troca de um copo de chope toda vez que for até lá. Comum também aos dois grupos é o atendimento individualizado e pessoal. Os comércios pesquisados são responsáveis pela sobrevivência de várias famílias, variando de cinco a quarenta, incluídos os funcionários.

Com relação às lojas de departamento e grandes redes de supermercado, a opinião do grupo I é unânime e previsível: concorrência desleal devido ao preço baixo, atendimento impessoal e facilidade de compra em virtude da variedade de produtos.

Unânime também é a opinião sobre o projeto de futuro para cada comércio: todos esperam continuidade e muitos preveem ampliação do número de estabelecimentos. O armazém pretende continuar exatamente como é e ser um dos únicos do gênero de secos e molhados do estado do Paraná ainda em funcionamento.

Os estabelecimentos novos, ao optarem pelo cenário antigo, evidentemente visaram, em primeiro lugar, ao retorno financeiro. No entanto, o movimento que ocorreu em três deles remete a dois conceitos de Walter Benjamin, o de narrador¹⁹ e o de flâneur. Esses espaços tornaram-se locais de possíveis encontros assim como os pequenos comércios de outrora, ponto de vista defendido por Ana Fabri Carlos. É interessante notar que os novos comércios é que parecem assumir esse papel, e não os antigos de fato. Esses espaços tornaram-se ímãs de pessoas que vêm contar suas histórias, trazer objetos ou apenas buscam o encantamento que o ambiente propicia; é a nostalgia de uma época nem sempre vivida, mas que remete a um tempo de menos tensão e de menos perigo, um tempo mais dilatado, quando onde as relações humanas eram mais afetuosas. São pequenos momentos de abandono do papel de homem da multidão para a assunção do papel de flâneur.

Os comércios originalmente antigos possuem os objetos já como parte de um contexto, objetos biográficos que envelheceram junto e que fazem parte de uma mesma história. Já os novos estabelecimentos, ao reunir objetos de várias procedências e com histórias individuais, possuem uma energia diferente, como se neles se realizasse um tributo ao passado. Funcionam, de fato, como pequenos museus.

Os comércios antigos, todos empresas familiares que, com exceção da livraria de usados, passaram de geração em geração, procuram preservar, cada um à sua maneira, sua história. Embalagem com fotos do passado são utilizadas por dois comércios – a padaria e a fábrica de biscoitos. A sapataria guarda sua história nos dois “espaços-museu” que mantém na loja. O armazém, por sua vez, é o retrato fiel da memória. Nele, novos objetos foram incorporados aos antigos, um livro escrito folha a folha iniciado há quase um século. “Há quem passe a vida na mesma casa de família com os seus eternos móveis e costumes, pessoas e afeições, é que se lhe grava tudo pela continuidade e repetição”, disse Dom Casmurro. Esses comércios são a casa da avó, a casa de família, onde cada objeto e cada canto da arquitetura foram testemunhas do tempo.

Na reportagem do jornal Gazeta do Povo sobre os comércios por mim miniaturizados, a arquiteta e professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Maria Luiza Marques Dias comenta que o fato de ser antigo não garante a carga de afeto e aconchego necessários para que algum lugar se torne patrimônio. Patrimônio, segundo ela, é carinho, é cuidado, é acolhida. “As paredes”, diz Maria Luiza, “têm mais do que ouvidos. Têm olhos, cheiros... São testemunhas de uma parte da vida do bairro, e por consequência, da cidade” (FRANCO, 2007, p. 9). O comércio, de acordo com ela, tem um significado particular: um lugar de troca, acaba ultrapassando o lado comercial e alcança o afetivo. A arquiteta, porém, afirma que o antigo bom é o antigo autêntico; a opção por uma decoração que relembra o passado é apenas um modismo passageiro cujo estilo tem sido explorado exaustivamente nos bares e restaurantes da cidade. Essa afirmação é verdadeira, mas, de qualquer forma, alguns pontos, como três dos aqui pesquisados, encontraram ressonância junto à população e transformaram-se, tomando emprestado uma expressão poética usada por Walter Benjamin, em pequenas casas de sonho²⁰. Não são antigas, porém carregam um somatório de pequenas memórias que acabam impregnando o ambiente do afeto citado pela arquiteta.

A museóloga Zilda Kessel (2007, p. 4) afirma que um aspecto importante da memória é a sua relação com os lugares:

As memórias individual e coletiva têm nos lugares uma referência importante para a sua construção, ainda que não seja condição para sua preservação, do contrário povos nômades não teriam memória. As memórias dos grupos se referenciam também nos espaços em que habitam e nas relações que constroem com estes espaços. Os lugares são importante referência na memória dos indivíduos, donde se segue que as mudanças empreendidas nesses lugares acarretam mudanças importantes na vida e na memória dos grupos.

Tanto os comércios novos como os antigos por mim analisados dão ensejo, de variadas formas, a relações de construção de memória, no sentido indicado por Zilda Kessel. Tais relações

parecem apontar para algo inerente ao homem. No filme Farenheit 451, de François Truffaut (1966), quando uma lei ordena a queima de todos os livros, um grupo de resistência encontra uma saída para a preservação da memória, retirando-a dos objetos: cada membro do grupo decora um livro e o recita diariamente para que seu conteúdo não seja perdido. Por meio dos roomsboxes, procurei fazer um experimento similar.

[...] não te reconheço Curitiba a mim já não conheço a mesma não é outro eu sou...

Dalton Trevisan

Referências bibliográficas

ALBINO, Nanani. Um corte na memória da cidade. *Jornal O Correio de Notícias*, 28 fev. 1986.

AUGÉ, Marc. *O sentido dos outros. Atualidades da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989. *Obras Escolhidas III*.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 12. ed. 2004.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003

CAMARGO, Iberê. Disponível em: <<http://iberecamargo.uol.com.br/>>. Acesso em: jul. 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a construção do espaço. *Revista de História Regional*, v 3, n. 1, 1998.

CARLOS, Ana Fabri Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole – a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

DIAZ, Marília. Cartografias da memória. In: PIRES, Rita. *Espaços curitibanos – Homenagem a antigos comércios. Catálogo de Exposição*. Curitiba: Artes e Textos, 2006.

DOMENÈCH, Miguel; IÑIQUEZ, Lupicínio; TIRADO, Francisco. George Herbert Mead y la psicología social de los objetos. *Revista Psicologia & Sociedade*, 15, n. 1, Porto Alegre, 2003.

FERNANDES, José Carlos. O arquipélago de Curitiba. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 mar. 2007.

FOLHA DO COMÉRCIO, *A história continua...* Curitiba, 1 jul. 1990.

FRANCO, Anna Paula. O passado em mínimas proporções. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 11 mar. 2007.

FROCHTENGARTEN, Fernando. Memória e colonização em Carlos Drummond de Andrade. *Revista Psicologia & Sociedade*, 16, set./dez. 2004.

GALINDO, Rogério. W. Somos todos surdos? *Cultura G: Gazeta do Povo*. Curitiba, 21 jul. 2006.

GONÇALVES, José R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan./jun. 2005.

HERNÁNDEZ, Felisberto. *O cavalo perdido e outras histórias*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

HILLMAN, James. Entre vistas: conversas com Laura Pozzo sobre psicoterapia, biografia, amor, alma, sonhos, trabalho, imaginação e o estado da cultura. São Paulo: Summus, 1989.

JORNAL O ESTADO DO PARANÁ. Comércio nasce com os tropeiros. 29 mar. 1979.

KESSEL, Zilda. Memória e memória coletiva. Disponível em: <www.museudapessoa.net>.

LACAN, Jacques. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. O seminário, livro 11. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

LEAL, Miguel. O museu como dispositivo ficcional na obra de Marcel Broodthaers. Revista de Comunicação e Linguagens, n. 32. Lisboa, jul. 2003.

MACEDO, Rafael G. Freguês de caderno. Curitiba: Fundação Cultural, Boletim Informativo 8, ano 2, fev. 1975.

MARINA, José Antonio. Teoria da Inteligência criadora. Lisboa: Caminho, 1995.

NASCIMENTO JR., Osvaldo. Curitiba 300 anos de comércio lojista. Curitiba: Neoprint, 1993.

PEIXOTO, Nelson Brissac. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, Adauto et al. O olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PESSOA, F. Fernando pessoa: obras em prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

_____. O eu profundo e os outros. São Paulo: Nova Fronteira, 1994.

SILVEIRA, Flávio L. A.; LIMA, Manuel F. Por uma antropologia do objeto documental: entre “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, jun. 2005.

¹Alfaiataria Riachuelo, 1932; Armazém Sant’Ana, 1934; Bar Stuart, 1904; Confeitaria Caruso, 1954; Casa da Azeitona, 1952; Casa Hilú, 1928; Casa Schier, 1930; Confeitaria das Famílias, 1945; Feira dos Livros Usados, 1942; Mercadinho São Jorge, 1958; Padaria América, 1915; Villa Anna Biscoitos, 1907.

²Essa pesquisa foi feita em 2005 e 2006. De lá para cá, dezenas de estabelecimentos – quase todos bares e restaurantes – foram abertos em Curitiba com essa mesma característica.

³Segundo a definição da Unesco, “patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade”. Disponível em: <www.unesco.org.br>.

⁴“Tenho sublinhado ainda que os ‘patrimônios culturais’ seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc.” (GONÇALVES, 2005, p. 16).

⁵Tropeirismo deriva da palavra “tropeiro”, que por sua vez vem de tropa, numa referência ao conjunto de homens que, montados em mulas, transportavam gado e mercadoria no Brasil colônia. O termo tem sido usado para designar principalmente o transporte de gado da região do Rio Grande do Sul até os mercados de Minas Gerais, posteriormente São Paulo e Rio de Janeiro.

⁶Botânico francês (1779-1853) que fez várias expedições pelo Brasil no início do século XIX.

⁷Segundo Cardoso (1998), “lugares, no sentido antropológico do termo, podem, no entanto, constituir-se, pelo menos parcialmente, em não lugares, que se tornam, dessa forma, menos assépticos, impessoais e solitários. O lugar antropológico cria o que é organicamente social; o não lugar cria uma contratualidade solitária estabelecida pela mediação de palavras, signos e textos” (CARDOSO, 1998, p. 2).

⁸ Jacques Lacan, psicanalista francês (1901-1980). O inconsciente, segundo ele, “não é o lugar das divindades da noite” (LACAN, 1979, p. 29).

⁹“Tantas mudanças ocorreram em tão pouco tempo que oito meses depois da visita de Mr. Herbert os antigos habitantes de Macondo se levantaram cedo para conhecer a própria aldeia.” (Gabriel García Márquez, Cem anos de solidão. São Paulo: Editora Record, 2005.).

¹⁰Nessa obra, o filósofo analisa espaços variados, como a casa, os móveis, as dimensões, os cantos.

¹¹Violette Morin, autora do livro *L’Objet*, de 1969, citado no livro *Memória e sociedade*, de Ecléa Bosi.

¹²A pesquisa de campo e a fundamentação teórica foram desenvolvidas no âmbito de uma especialização em Museologia, desenvolvida na Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Embap, em 2007. A monografia para a obtenção do título de especialista em Museologia partiu de meu projeto plástico, cujo resultado culminou em uma exposição intitulada ESPAÇOS CURITIBANOS – Homenagem a Antigos Comércios, realizada em 2006.

¹³Na exposição ESPAÇOS CURITIBANOS, doze comércios foram homenageados em forma de miniatura. Já na pesquisa de pós-graduação selecionei seis desses comércios antigos e cinco comércios novos mas ambientados como se fossem antigos.

¹⁴O primeiro nome desse estabelecimento foi Biscoitos Glória, mas depois de um entrave com a fábrica de leite Glória na década de 1980, houve a necessidade de mudar de nome, e então surgiu a Villa Anna.

¹⁵Dado atualizado, já que a pesquisa foi feita em 2006 e naquela época o estabelecimento a que se faz referência teria apenas cinco anos. Todos os comércios, com exceção do Velho Armazém, estão em funcionamento. Curioso citar que o Velho Armazém, no início da pesquisa, foi confundido com um estabelecimento original, tamanha sua semelhança com antigos comércios.

¹⁶Criada em 1901 e ocupando um espaço privilegiado num dos bairros centrais da capital paranense, a empresa foi vendida para a Coca-Cola em 2007. Seus produtos, porém, ainda são fabricados pela nova empresa, que preserva a marca antiga. O prédio foi vendido, em 2010, para a Igreja Universal, para espanto e desgosto de arquitetos e profissionais ligados à área cultural.

¹⁷Quando esta pesquisa foi realizada, o proprietário desse estabelecimento possuía dois restaurantes. Hoje, em 2012, a empresa possui quatro estabelecimentos, todos cenografados à moda antiga. Um deles homenageia os anos 1950; outro, montado numa antiga estofaria e cujo nome é Estofaria, tem toda a decoração e mobiliários relacionados a esse ofício. Um dos lugares para sentar, por exemplo, é um banco antigo de Kombi e todas as cadeiras têm algum tipo de estofamento. Nas paredes, antigos assentos estofados são utilizados como revestimento.

¹⁸Refiro-me aqui somente aos seis estabelecimentos pesquisados, mas vale acrescentar que todos eles – os outros seis não citados na pesquisa, mas presentes na exposição Espaços Curitibanos – mantêm suas características originais e estão nas mãos de descendentes e também se oferecem como pequenos museus.

¹⁹“O narrador é alguém que retoma o passado no presente na forma de memória; ou que aproxima uma experiência situada num ponto longínquo do espaço” (Gonçalves, 2003 p. 176).

²⁰Walter Benjamin, em sua obra inacabada *Das Passagen-Werk*, refere-se ao museu como um lugar de sonhos; um espaço de identificação do imaginário coletivo em que este procura, na arqueologia do passado, uma impregnação nostálgica e libertadora. São, de acordo com ele, casas de sonho. Essa sensação de nostalgia reconfortante está inserida nos espaços comerciais antigos; tanto nos originais como nos construídos (LEAL, 2003).

